


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0018180-50.2002.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Paulo Marcio Villela**

VISTOS.

PAULO MÁRCIO VILLELA, qualificado a fls.5, foi denunciado como incurso no art.168, “caput”, do Código Penal, porque entre 01 e 04.02.2002, em local e horário indeterminados, em São Carlos, apropriou-se de um veículo VW- Gol, vermelho, ano 1997, placas CFU-6862, do qual tinha a posse, pertencente a Brasil Rent a Car.

Consta que o réu contratou a locação do veículo d 31.2.2002 a 4.2.2002, pagou R\$240,00 e deixou R\$500,00 como caução.

A vítima teria telefonado ao hotel Ibis, onde o réu estava hospedado, para combinar a devolução do bem, mas foi informada de que o denunciado havia partido na madrugada de 01.02.2002.

Recebida a denúncia em 19.6.2006 (fls.170), foi o réu citado por edital (fls.194), suspendendo-se processo e prescrição em 26.3.2007 (fls.198/199), sobrevindo decreto de prisão preventiva (fls.205v).

Posteriormente realizou-se a citação pessoal (fls.361, em 3.8.2015), voltando a correr processo e prescrição nesta data.

Houve cumprimento do mandado de prisão (fls.327).

0018180-50.2002.8.26.0566 - lauda 1

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Defesa preliminar foi apresentada a fls.385/386 e a fls.408 foi concedida liberdade provisória, com medidas cautelares.

Em instrução foram ouvidas a vítima e uma testemunha de acusação (fls.495/496); no interrogatório o réu manteve-se em silêncio (fls.530).

Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação e a defesa a absolvição, sustentando falta de provas do dolo e de provas para a condenação; subsidiariamente, pediu pena mínima, benefícios legais e o direito de recorrer em liberdade.

É o relatório

D E C I D O

Não obstante respeitáveis argumentos em contrário, a prova é suficiente para a condenação.

A testemunha Jair (fls.495) recordou-se do réu. Disse ter conversado com ele na locadora de automóveis e confirmou que, no vencimento do contrato, o veículo não foi devolvido, sendo o prejuízo estimado foi de R\$20.000,00.

Reconheceu o acusado na foto de fls.5, não havendo dúvida de que foi ele o locador do bem, conforme contrato de fls.7, o qual foi preenchido pela testemunha Cássia (fls.496).

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Irrelevante é o fato de Cássia, vários anos depois do fato, não se recordar da pessoa do réu, até porque lida com clientes todo tempo e o passar dos anos interfere, notoriamente, nos registros da memória.

Não havendo dúvida de que o réu locou e não devolveu o veículo, sem qualquer explicação, fica evidenciado o dolo da apropriação indébita.

O acusado tem mau antecedente (fls.438, em razão do processo 0430161-76.2007.8.19.0001, cujo delito foi praticado em 1.8.1997 e o trânsito em julgado ocorreu em 19.12.2006) e possui outros processos em seu histórico, revelando conduta social reiterada no sentido da inobservância da lei. Somadas essas circunstâncias ao elevado valor do prejuízo (um veículo de R\$20.000,00), justifica-se o aumento da pena a ser imposta, nos termos do art.59 do CP.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Paulo Márcio Villela como incurso no art.168, "caput", do Código Penal.

Passo a dosar a pena.

Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, considerando o mau antecedente (fls.438, em razão do processo 0430161-76.2007.8.19.0001, cujo delito foi praticado em 1.8.1997 e o trânsito em julgado ocorreu em 19.12.2006) e a existência de outros processos em seu histórico, revelando conduta social reiterada no sentido da inobservância da lei, bem como tem em vista o elevado prejuízo da vítima (estimado em R\$20.000,00), fixo-lhe a pena-base acima do mínimo legal, em 02 (dois) anos e 02 (dois)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

meses de reclusão, mais e 21 (vinte e um) dias-multa, no mínimo legal, tornando-a definitiva na ausência de outras causas de aumento ou diminuição.

Em razão do mau antecedente, dos diversos processos retratados em seu histórico penal (fls.437/444) e do alto valor do prejuízo causado à vítima, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em regime fechado, considerado proporcional, necessário e suficiente, nos termos do art.33, e parágrafos, do CP.

Também diante do mau antecedente reconhecido e das outras condenações retratadas no histórico criminal, inviável a concessão de pena restritiva de direitos, pela ausência dos requisitos do art.44, III, do CP.

Estando em liberdade condicionada nestes autos, assim poderá apelar. Transitada em julgado, expeça-se mandado de prisão.

Sem custas, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

P.R.I.C.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2018

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**